



# Informe da Comissão Mista de Revisão do Plano de Cargos, Salários e Remuneração (PCCR)

Primeira reunião ocorreu no dia 20 de setembro

A primeira reunião, com cinco representantes do governo e cinco do Sindsaúde, discutiu os seguintes pontos: composição da comissão; caráter da Comissão; Calendário e funcionamento.

Os representantes dos servidores apresentaram aos presentes um diagnóstico do plano e o relatório do seminário que ocorreu no dia 18.

Encaminhamentos da reunião:

1- Foi discutido a necessidade de haver mais reuniões do que as 04 (quatro) que estavam definidas na portaria, pois avaliou-se que eram muitos os pontos a serem debatidos e definidos. Houve acordo, e nesse sentido foi aprovado o seguinte calendário de reuniões da Comissão de Revisão do plano:

30/09, às 14h;

10/10, às 14h

21/10, às 14h;

01/11, às 10h

11/11, às 14h.

2- Outra definição foi criar grupos de trabalho, com a tarefa de reunir as propostas discutidas no seminário e elaborar estudos e propostas de Projetos de Lei. E após a proposta elaborada ela será debatida na comissão de Revisão.

Os nomes que fazem parte do GT são Egídio Jr., Rosália Fernandes e Carlos Alberto, pelos trabalhadores; e Jailma, Maria José e Dra Fabiana, pela Sesap. A dra. Adonyara Azevedo está assessorando pelo Sindsaúde. O GT fez uma primeira reunião no dia 23/10 e fez uma distribuição e divisão das tarefas.

3- Os pontos a serem discutidos na Comissão de Revisão do Plano de Cargos na reunião do dia 30 serão:

a) Proposta de retirada do artigo 19 do plano de cargos, que determina que a progressão por tempo de serviço só será possível se tiver previsão orçamentária;

b) Nível e internível;

c) Reabertura do enquadramento.

## Principais debates do Seminário sobre PCCR

Seminário reuniu 120 servidores no dia 18 de setembro. Veja abaixo o resumo das propostas.

### PROGRESSÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

a) Foi consenso a proposta de uma tabela de qualificação, que leve em conta a formação do servidor, que teria um percentual de aumento em sua remuneração por disso. Discutiu-se a necessidade de que o Estado garanta tempo e condições para que o servidor invista em sua formação, visto que, com a sobrecarga e os baixos salários, muitos não podem estudar. Defendeu-se um plano de qualificação permanente para todas as classes. E o resgate da tabela de qualificação de 2010.

Há polêmica sobre o tipo de curso que valeria para a tabela de qualificação, se todos ou apenas os de graduação e pós-graduação.

### PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Críticas para o fato de a progressão depender de verba no orçamento. A proposta é que não dependa de prévia projeção orçamentária, retirando-se o artigo 19.

Houve intenso debate sobre a avaliação de desempenho. Todos concordam que, da forma como é feita, a avaliação é subjetiva e prejudica servidores, inclusive

porque não leva em consideração as condições de trabalho e da unidade na qual o servidor trabalha. Uma parte defendeu que a avaliação de desempenho não seja mais considerada para a progressão por tempo de serviço. Outros consideram que é preciso mantê-la, usando o resultado para a progressão, corrigindo-a;

### DATA BASE

Todos os servidores concordam, como defendido na campanha salarial, que se estabeleça uma data-base. A diferença foi em relação ao melhor mês: março ou maio. Também houve proposta de buscar uma data-base comum de todo o serviço público do RN.

### SERVIDORES MUNICIPALIZADOS

O Seminário apontou a necessidade de que os municipalizados tenham o mesmo salário base dos que estão no Estado.

Que o PCCR garanta os mesmos direitos e gratificações para os servidores dos hospitais municipalizados, bem como que estes levem para a aposentadoria as gratificações municipais recebidas.

## NÍVEL

Existem 16 níveis no PCCR, onde o servidor avança na carreira a cada dois anos de trabalho. Como está, o plano não contempla uma carreira de 35 anos, fazendo com que o servidor pare de progredir. As propostas dos servidores vão de 17 a 20 níveis na tabela;

b) Interníveis: A diferença salarial entre os níveis é de 3%, mas o governo sequer aplica este índice. No seminário, surgiram duas propostas, uma de manter e aplicar os 3%, e outra, de ampliar para 5%.

c) Interclasses: O PCCR contempla 4 classes: A (servidores com ensino fundamental), B (médio ou técnico), C (superior) e D (Médicos). Atualmente a diferença dos salário-base do nível A para o B é de 25% e do nível B para o C é de 98%. Entre as propostas, há a de aumentar a diferença entre os níveis A e B, passando para 50% e reduzir a diferença entre C e D.

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Além do reajuste de 22% da GAE e na Jornada para os aposentados, com retroativo, acordado na suspensão da greve, o seminário reafirmou a necessidade da paridade, com a extensão dos novos salários base a estes trabalhadores. E consideram que as gratificações (GAE e Jornada Especial, Gratificação de Localização Especial) devam repercutir na aposentadoria;

## TABELA DE SALÁRIOS E REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

O principal debate foi em relação à carga horária. Atualmente, com as gratificações, temos duas cargas horárias – de 30 e de 40 horas. Além dos técnicos de Raio X e telefonistas - que deveriam ter cargas horárias diferenciadas por lei federal, mas que, no RN, não é garantido. Foi proposto que esteja no plano.

Há propostas de incorporar as gratificações ao salário, elevando o salário-base pelo teto (Jornada Especial), mantendo a todos a carga horária de 30 horas. E proposta de manter o salário-base ligado à carga horária, incorporando 100% das gratificações.

Há também a proposta de quem recebe GAE tenha a gratificação incorporada e cumpra uma jornada de 20 horas, e os servidores da Jornada Especial incorporem a gratificação e cumpram jornada de 30 horas.

Outra proposta defende salário-base de R\$ 4 mil, correspondente ao salário mínimo vital.

## EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Foi consenso a extensão desta gratificação aos servidores da Classe A (elementar) e B (médio), e a proposta de também de serem pagas não só em hospitais 24 horas, mas para todas as unidades estaduais;

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Servidores apontaram que é preciso corrigir a licença, que após 120 dias não conta como efetivo exercício.

## Ipern entrega lista com valores

Dívida é R\$ 6,2 milhões, mas não há prazo para pagamentos. Sindsaúde tem audiência com presidente do Ipern na terça, 1º.

Nesta semana, a direção do Ipern entregou ao Sindsaúde a lista com os processos e os valores devidos. A consulta à lista estará disponível na segunda-feira, no site do sindicato, e por telefone. No entanto, o Ipern não informou os prazos de pagamento, como combinado. A proposta do Ipern é pagar primeiramente os processos mais antigos e de menor valor, até R\$ 5 mil. Mas não há sequer prazo para isso.

## Servidores de Natal param dia 1º

Prefeito Carlos Eduardo apresenta proposta com 0% de reajuste. Servidores fazem passeata às 09h, saindo do Sindsaúde-RN.

Na quarta, 25, os servidores municipais receberam oficialmente a resposta do prefeito de Natal e do secretário Cipriano à pauta de reivindicações. A prefeitura afirma que não irá cumprir a data base neste ano. Ou seja, três anos sem reajuste. A assembleia aprovou um dia de paralisação, que vem sendo construído com visitas às unidades e atos semanais. Enquanto isso, a Câmara aprovou o empréstimo da Copa.

## Encontro nacional do MML

Encontro estadual reuniu 80 mulheres e organizou o Movimento Mulheres em Luta no RN. Delegação viaja no dia 03/11.

No dia 21, o encontro estadual criou o MML no Rio Grande do Norte, elegendo a sua coordenação executiva. Foi um encontro representativo, com servidoras da saúde, bancárias, professoras, trabalhadoras terceirizadas e estudantes. O encontro também formou a delegação para o I Encontro Nacional, que ocorre de 4 a 6/10, em MG, com 19 servidoras da saúde no ônibus.